PADROADO RÉGIO NO AUGE DO IMPÉRIO BRASILEIRO

Patricia Carla de Melo Martins¹

RESUMO: O propósito deste artigo é demonstrar a importância do ensino jurídico para a legitimação do Padroado Régio brasileiro, entre as décadas de 1850 e 1870. A utilização da Filosofia Neotomista nas concepções de Direito Natural Positivo, nas Faculdades de Ciências Jurídicas, apresenta-se como hipótese. O referencial teórico-metodológico utilizado na análise, visa à identificação de uma cultura política luso-brasileira apoiada nos pressupostos do catolicismo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, História do Brasil, Padroado Régio, Faculdade de Direito, Neotomismo.

THE ROYAL PATRONAGE DURING THE HEIGHT BRAZILIAN EMPIRE

Abstract: This article aims to show the importance of the juridical teaching to legitimate the Brazilian Royal Patronage, between 1850 and 1870. The utilization of the Neo-Thomistic Philosophy under the conceptions of the Positive Natural Law, in the Faculties of Legal Sciences, is presented as the hypothesis of this work. The theoretic-methodological referential utilized in the analysis searches the identification with a Luso-Brazilian political cultural supported by catholic assumptions.

Key-words: Education, History of Brazil, Royal Patronage, Law School, Neo-Thomistic

Introdução

O ponto de partida dessa comunicação é a hipótese de que durante o Segundo Reinado, seguindo a tradição portuguesa, dom Pedro II consolidou sua política nos referenciais filosóficos da escolástica neotomista. O neotomismo regia o princípio do direito natural/positivo que legitimava o poder moderador e a hierarquização social, tornando-se uma base constitutiva do Padroado Régio. O direito natural/positivo de cunho neotomista pode ser verificado nos manuais de ensino, publicado pelos professores das Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo e Recife. O período privilegiado nesta análise é o auge do Império, ou seja, as décadas de 1850 à 1870, marcado pela predominância do pensamento conservador na organização política do país.

¹ Graduação e Mestrado em História, pela UNESP-Franca/SP e Doutorado em Ciências da Religião pela PUC-SP. Profa. na FAECA (Faculdade de Educação Ciências e Artes Dom Bosco de Monte Aprazível). A presente comunicação faz parte das pesquisas de doutoramento em curso junto ao departamento de História da UNESP-Franca.

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

A filosofia neotomista apresenta-se como uma estrutura de pensamento que tanto constituía como legitimava o poder moderador, exercido por dom Pedro II. Nas bases dessa razão política, vinculada à filosofia tomista, encontram-se elementos teleológicos acerca da história do Brasil. A relação entre a filosofia e a história no século XIX se apresenta como leitura sócio-política do passado, do presente e do futuro do Brasil. No campo do raciocínio filosófico, a elite formulava suas teorias políticas apresentadas dentro de um referencial teórico-metodológico de compreensão da nação brasileira.

Esta abordagem da história das ideias políticas do Estado Monárquico brasileiro, se vale do aporte conceitual da obra *Economia das trocas simbólicas* de Pierre Bourdieu (1999) em especial no que diz respeito à eficácia do campo simbólico da religião, propalado pelos sistemas de ensino, como estrutura de legitimação de poder político nas sociedades contemporâneas.

Política e educação

Durante o século XIX, a educação formal apresentou-se como elemento estruturante do Estado Contemporâneo, todos os níveis de instrução atuavam no reordenamento sócio-político do território nacional. Por intermédio da educação, aplicava-se o paradigma da sociedade de direitos disposta na organização social, econômica e cultural de uma nação. A sociedade de direitos, definida sob um ordenamento jurídico, era articulada pela elite política, que, por sua vez, atuava dentro dos pressupostos da sua orientação intelectual.

No Brasil, a independência política e a formação da nação sob o sistema monárquico, garantido pela corte luso-brasileira, garantiram a continuidade das práticas e representações políticas da monarquia portuguesa e da sociedade brasileira colonizada. A constituição monárquica de 1824, embora instituisse um sistema parlamentar, garantia a soberania do poder moderador (SOUZA, 1978). A compreensão das bases epistemológicas do Padroado Régio é um aspecto fundamental para a compreensão do sistema político monárquico vigente no Brasil, durante o século XIX, e para a compreensão dos aspectos dialéticos que participam da cultura política nacional (MERCADANTE, 2003).

A ordem política do Estado Monárquico brasileiro era mantida por um estamento social e burocrático que envolvia o clero, os militares e os magistrados, os quais eram as

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

instâncias do poder instituído e os membros da sociedade civil que representavam as demais instâncias sociais e os pressupostos ideológicos da corte (CARVALHO, 1980).

De acordo com José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2007), o grupo mais relevante do estamento político do século XIX são os dos magistrados. Para o autor, os cursos de Direito desempenharam papel fundamental na unificação da elite política brasileira, durante todo o Império. Os cursos de Direito foram criados no Brasil em 1828, com uma estrutura pedagógica que se aproximava da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A criação desses cursos de Direito no Brasil pertencia ao projeto educacional de dom João VI, que tinha como propósito central a formação de uma classe política brasileira, ou seja, de uma elite política, que compactuasse com os interesses da corte portuguesa. Os magistrados ocupavam a maioria dos cargos de deputado, senador e ministro, compondo majoritariamente a esfera parlamentar monárquica. A ideologia promovida pelas Faculdades de Direito tornava-se, assim, a chave para a continuidade das estruturas de poder da corte portuguesa na esfera política do Brasil. E, ao aplicar as concepções de direito da Universidade de Coimbra sobre aqueles que iriam governar o país emergente, impedia-se, ainda, a expansão do ideal revolucionário que retirava o poder político das cortes, em quase toda a Europa (HOBSBAWM, 1981). Em outras palavras, as escolas de Direito, no Brasil, foram organizadas, inicialmente, para formar uma aristocracia nos moldes da sociedade de corte (ELIAS, 2001). A corte luso-brasileira manteve uma organização pedagógica no Brasil que valorizava a filosofia conservadora, que defendia a monarquia, em detrimento do republicanismo. A escassez de centros educacionais, durante o período colonial, teria facilitado a difusão desse pensamento conservador, avesso à destituição das cortes no poder.

A defesa do pensamento conservador se evidencia nos estatutos de abertura dos cursos jurídicos:

Dom Pedro I por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos que a Assembléia Geral decretou e Nós queremos a lei seguinte:

Art.1 – Criar-se-ão dois cursos de ciências jurídicas e sociais, um na cidade de São Paulo e outro na de Olinda, e neles, no espaço de cinco anos, e em nove cadeiras se ensinarão as matérias:

1.ano - 1º. Cadeira. Direito natural, público, análise da Constituição do Império, direito das gentes e diplomacia.

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

2º. Ano – 1º. Cadeira. Continuação das matérias do ano anterior. 2º. Cadeira. Direito público e eclesiástico.

3º. Ano – 1º. Cadeira. Direito Pátrio Civil. 2º. Cadeira. Direito Pátrio Criminal, com a teoria do processo criminal.

4. Ano – 1º. Cadeira. Continuação do Direito Civil, 2º. Cadeira. Direito mercantil e marítimo.

5º. Ano – 1º. Cadeira. Economia política, 2º. Cadeira Teoria e prática do processo adotado pelas leis do Império.” (VENANCIO, 2005, p. 28)

Os cursos de Direito apresentavam-se como Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais, o que configura a hipótese de que, por intermédio desses cursos, criou-se a primeira matriz teórico-metodológica de interpretação da realidade: histórica, política, social, econômica e cultural. Os juristas fomentavam as discussões pertinentes à Filosofia, Literatura, História, Geografia e Sociologia.

Nesse sentido, tem-se a relevância da formação jurídica para o posicionamento ideológico da elite, e o estudo do Direito como um estudo da História Política. Durante o século XIX, as Faculdades de Direito passam por três fases distintas, que na abordagem de Venâncio, indica três fases que caracterizam diferentes estruturas orgânicas: a primeira, de 1827 a 1854, que vai da criação dos estatutos até a reforma de Couto Ferraz; a segunda, de 1854 até 1879, período em que vigorou os estatutos de Couto Ferraz; e a terceira fase, entendida do ponto de vista da estrutura orgânica, foi aberta com o decreto do ensino livre das Faculdades de Direito, em vigor até o início da República, com a reforma de Benjamim Constant em 1891 (VENÂNCIO, 2004). Cada uma das academias de Ciências Jurídicas e sociais de São Paulo e Olinda/Recife, teria sofrido uma atuação específica dos professores, em suas fases internas. No caso de Olinda/Recife, as diferentes fases de ordenamento do ensino, estiveram, ainda, relacionadas à transferência de localização do prédio onde funcionava a faculdade. As fases que indicam a estrutura orgânica, relacionada aos estatutos dispostos para o funcionamento de ambas as Faculdades, marcaram igualmente, nas duas, mudanças qualitativas de cunho teórico-metodológico no direcionamento pedagógico, assinalando mudança na orientação intelectual.

Os estatutos de Couto Ferraz, que abriram a segunda fase da estrutura orgânica das Faculdades de Direito participam do auge do conservadorismo do Império brasileiro, acrescentando o direito administrativo e retomando a fundamentação doutrinária, destituída pela congregação dos lentes de 1831. Após a reforma de Couto Ferraz, para atender a

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

necessidade de fundamentação doutrinária, os professores passaram a ser responsáveis pela organização dos compêndios para as suas disciplinas (VENANCIO, 2004, p. 31,49-50). “Os estatutos do Visconde de Cachoeira representam, assim, a matriz de onde se originam os textos regulamentares no nosso ensino jurídico, perdurando muitos de seus princípios até a República” (VENANCIO, 2004, p. 36). O ponto mais questionado do estatuto do Visconde de Cachoeira é a destituição do direito romano da formação jurídica oferecida no Brasil, pelo fato de ser uma disciplina que se destacava na Universidade de Coimbra. Considerava-se, que o Direito Romano colaborava com o desenvolvimento das ideias liberais que favoreciam o republicanismo.

Na prática, durante os primeiros anos de funcionamento, as faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais se restringiram, diante da precariedade de professores e material de ensino, à difusão do Direito Natural e Direito Eclesiástico, como suporte de interpretação da constituição outorgada pelo Imperador dom Pedro I, em 1824. A educação, no Brasil, tinha como objetivo difundir os princípios do Direito Natural (VENANCIO, 2004, p. 19). Conforme Beviláqua, predominava nas Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais o método dedutivo e as concepções metafísicas, e o Direito Natural era a Filosofia do Direito, destinado à difusão de princípios complexos que supunham leis universais e imutáveis (BEVILAQUA, 1927, p. 26).

Padroado Régio e Filosofia tomista no auge do Império

Outro ponto relevante para a compreensão do Padroado Régio, durante a consolidação e o apogeu do Império, é a relação existente entre o discurso político monárquico e o discurso da hierarquia católica romana, em especial quanto ao conceito de infalibilidade política, legitimador do discurso de autoridade divina do monarca na Terra. Evidencia-se nessa relação a união entre Igreja e o Estado, característica do Padroado Régio brasileiro, que deve ser entendido como a união entre a teologia e a política. É importante ter em conta que, durante o século XIX, a Igreja Católica foi a instituição que mais defendeu a permanência das cortes junto ao poder político instituído. O próprio papa Pio IX procuraria fortalecer o discurso político de defesa da monarquia, utilizando o pensamento teológico de São Tomás de Aquino. A escolástica neotomista vinha sendo utilizada pela Igreja Católica desde a Contra-Reforma do século XVII, como teoria do conhecimento que

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

consiste na concepção de um universo regido por uma hierarquia de leis divinas. Amparado pelas formulações do jesuíta Francisco Suarez, o qual defende que o poder político passa de Deus ao Estado pelo povo, o primeiro Bragança, dom João IV, foi também o primeiro a se submeter ao princípio político de cunho tomista (TORRES, 1965, p. 15-16). No século XIX, o neotomismo se fortaleceu como uma doutrina de reação ao racionalismo filosófico moderno (CAMPOS, 1989). Muito desse neotomismo foi sistematizado em uma dada concepção de Direito Natural Divino. No Brasil verifica-se essa compreensão dentro dos manuais de Direito Natural Positivo escritos, em forma de compêndio, pelos lentes das faculdades de Direito, para serem usados como manual de ensino.

No neotomismo, a essência do direito natural, também conhecida como lei natural, se expressa na relação entre a vontade divina, a lei da natureza e as leis humanas positivadas pelo Estado secular, ou seja, a lei adota e promulgada pelo Estado. A primeira proposição associa a lei humana positiva com a lei da natureza. Essa proposição defende que a lei positiva criada pelos homens só adquire autoridade, tornando-se lei genuína, se compatível com os teoremas da justiça natural, propostos pela lei da natureza regida pela vontade de Deus. As leis da natureza, regidas por Deus, propõem uma estrutura moral dentro da qual operam as leis humanas, cujo objetivo é fazer vigir, no mundo (*in foro externo*), a lei superior que todo homem já detêm em sua consciência (*in foro interno*). A lei natural divina, da qual, no neotomismo, emerge o direito positivo, visa à legitimação do bem imanente no ser humano, considerado bem supremo, superior. A segunda proposição afirma que a lei da natureza descende das leis divinas e eternas porque está associada à vontade de Deus. A lei da natureza, associada à lei de Deus, tem dupla essência: a qualidade de lei intrinsecamente justa e racional (*intellectus*) e de expressão da vontade de Deus (*vonluntas*). Essa orientação deu origem ao realismo, para os quais a lei é legítima, simplesmente por ser justa, e ao nominalismo que defende que a lei é legítima, porque expressa a vontade de Deus. A disposição desse princípio jurídico tomista no ordenamento da sociedade, foi muito difundida pelos dominicanos, na Universidade de Paris, na França, e pelos jesuítas, na Espanha e em Portugal. Um aspecto elementar defendido pelos tomistas do século XVII é o fato de que a sociedade civil só existe enquanto grupo social, dada pela moralidade comum entre os indivíduos, do qual também emana o poder divino dos reis (SKINNER, 1996, p. 426). Entre 1732 e 1879, os padres da Missão, são considerados os

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

principais responsáveis pela sistematização e uniformização, da filosofia e teologia, segundo a doutrina de São Tomás. A encíclica *Aeterni Patris* de Leão XIII, promulgada em 1879 é considerada o marco oficial de tomada da filosofia neotomista por parte da Igreja (CAMPOS, 1989, p. 30)

Verifica-se, nesta pesquisa, que, segundo essa concepção de Direito Natural divino, o Estado Monárquico é transcendente. No neotomismo, o Direito Positivo é natural, porque pertence ao bem supremo, transcendente, que vem de Deus. Nessa concepção a vontade de Deus emana do povo que legitima a autoridade monárquica impedindo a tirania, caracterizando aí um princípio democrático dado de uma concepção religiosa. O bem é imanente ao ser humano, mas precisa ser garantido pela sociedade de direito instituída. O poder garantido pela erudição, apoiada na filosofia de São Tomás, é apresentado como superior aos demais porque é o que representa o bem supremo divino, imanente ao ser humano. Esse discurso foi produzido pela escolástica renascentista, para a qual a erudição é o caminho que leva ao conhecimento da vontade de Deus. No século XIX, também o pensamento escolástico se imbuíu dos referenciais da teologia tomista, compactuando o neotomismo. Os elementos políticos do neotomismo sendo gradativamente incorporado ao movimento ultramontano. No interior desse discurso, que se apresenta como filosofia-teológica, consta uma compreensão contrária às mudanças políticas, econômicas e culturais que então emergiam nos movimentos revolucionários da sociedade européia e americana (AUBERT, 1976).

Para Fernando Arruda Campus (1998) - que destaca os principais autores e obras que marcam a presença do neotomismo na formação educacional da população brasileira - o neotomismo apresenta-se, no Brasil, como uma vertente filosófica vigente desde a colônia, quando sua difusão se garantia, sobretudo, pela atividade dos jesuítas, expulsos em 1758. Ora, se o neotomismo apresenta-se como uma ideologia que perpassa os períodos políticos que configuraram a história do Brasil, pode-se afirmar que a retomada da escolástica tomista, na segunda metade do século XIX, restaurou-a como um elemento de longa duração da cultura política nacional. A imobilidade da história defendida pelos intelectuais católicos se apresentou no século XIX como defesa do conservadorismo e da tradição.

Campus indica que, no período monárquico, o raciocínio neotomista fora defendido pelos professores de Filosofia tanto das academias de ensino secundário como de ensino superior. O autor explicita a direta relação do neotomismo com a atividade educativa dos clérigos e dos filósofos, dentre os quais o nome mais destacado como defensor da filosofia neotomista foi o do pernambucano José Soriano de Souza. Aliás, os irmãos Braz Florentino Henriques de Souza, José Soriano de Souza e Tarquínio Braulio de Souza Amarante, atuaram conjuntamente como professores na Faculdade de Direito de Recife, com publicações próprias, cujos temas elucidam a influência do pensamento neotomista sobre eles (SOBRINHO, 1978).

Para Mercadante, o conservadorismo, de origem lusitana, se tornou uma característica da cultura política brasileira. Para ele, o conservadorismo mais extremado, no Brasil, se aproxima dos teóricos que defendiam o catolicismo ultramontano como elemento estruturante do poder. “De Maistre e De Bonald, com seu ódio ao secularismo e ao caráter libertário da Revolução, surgem como os nomes mais eminentes desta posição extremada” (MERCADANTE, 2003, p.38). Mercadante defende a tese de que, no Brasil, “a consciência conservadora”, que permeia o ecletismo filosófico e ideológico, define um movimento dialético que proporciona a política da conciliação, destituindo a luta de classes no Brasil. No bojo desse conservadorismo se dá o movimento dialético da política nacional, em que se delineiam mudanças sociais e culturais lentas, em detrimento da ação revolucionária comum às sociedades contemporâneas.

A política monárquica, expressa na constituição de 1824, denotava um movimento reacionário no contexto internacional. Embora representasse um Estado autoritário, circunscrito ao imobilismo, avesso à revolução, internamente, essa característica não se apresentava como um atraso, e sim, como uma expressão de ordem, e legitimidade do poder instituído (MERCADANTE, 2003:35-39).

Para objetivação desta política [de independência], importaria do ponto de vista ideológico, manter-se equidistante do materialismo francês do século XVIII, em sua pureza revolucionária, e dos restos da escolástica decadente.

No Brasil, entretanto, a repulsa não seria total às duas filosofias; já que os senhores rurais traziam naquela dualidade econômica do domínio uma duplicidade ideológica a traduzir-se em revolução, quando se tratava de comércio com o mercado mundial, e reação quando se cuidava de manter as relações escravistas na fazenda ou no engenho.(MERCADANTE, 2003, p. 146)

Autores como Sérgio Miceli (2001), Alcir Lenharo (1986), Daniel Pacault (1989), Romualdo Dias (1996), Paulo Mercadante (2003) e Maria Alice Rezende de Carvalho (1998) têm apresentado discussões que apontam a presença de características conservadoras entre os intelectuais e políticos que atuaram no processo de instauração e desenvolvimento da política democrática republicana no Brasil, durante o século XIX e XX. Essa tendência conservadora apresenta-se como resultado de um processo histórico marcado pelas posturas ideológicas da elite, vinculadas ao projeto educacional monárquico e republicano. Como já mencionado anteriormente, o ensino do Direito se apresentou como um mecanismo de estruturação de uma mentalidade política favorável ao *status quo*, em que se definia uma sociedade hierarquizada e favorecida, no século XIX, pelo modo de produção escravocrata.

O estudo comparado entre a Faculdade de Direito, de Recife e de São Paulo, no século XIX, traz à tona aspectos teórico-filosóficos que constituem a matriz do discurso conservador, que configurou o primeiro paradigma de compreensão da realidade política, econômica, social e cultural do Brasil. Desse modo, este trabalho justifica-se pela possibilidade de levantar novas discussões e reflexões sobre os elementos constitutivos da cultura brasileira, vinculados ao Padroado Régio exercido no século XIX. A política conservadora do Estado Monárquico brasileiro é um assunto que ainda pode ser explorado em suas dimensões conceituais. Por intermédio da análise do pensamento neotomista vigente na formação dos magistrados, é possível uma nova abordagem acerca da epistemologia que fundamentou o pressuposto e a compreensão do Padroado Régio, que legitimou o Segundo Reinado. Pouco ainda foi explorado do discurso neotomista como um elemento estruturante do padroado ou mesmo das relações de poder no Brasil, orientada por uma filosofia política difundida nas Faculdades de Direito.

Nesse sentido, a filosofia neotomista é apontada como um instrumento de legitimação do poder exercido por dom Pedro II. O direito natural positivo, de cunho tomista, difundido na formação dos magistrados constitui, durante a consolidação e apogeu do Império, um elemento estruturante do paradigma monárquico adotado, servindo de referencial interpretativo da realidade econômica, social e cultural e legitimando-se pela cultura religiosa pertencente ao processo histórico da colonização. Além disso, a filosofia tomista, no Segundo Reinado, funcionou como um elemento identitário e de unificação do

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

território, fundando a base que garantiria, naquela ocasião, conceitos legitimadores do Estado sobre a Nação, justificado pelo discurso da unificação territorial do Brasil.

No âmbito da filosofia da história, o neotomismo teria sido a justificativa de formação de um Estado brasileiro formado fora do processo de rupturas revolucionárias. Consideração que reforça a hipótese de Mercadante de que a dialética das relações sociais, a partir da qual se configuram as mudanças de um período histórico para outro, constitui-se, no Brasil, a partir de um lento movimento, permeado por uma cultura e por uma política motivada pelas permanências e pela conciliação (MERCADANTE, 2003). Outro aspecto dessa discussão que remete à filosofia da história, é o fato de que a constituição que definia o Estado, uma vez inserida nas bases de um discurso religioso, atribui à nação um modelo político cujas relações de poder são consubstanciadas por uma práxis religiosa. Em outras palavras o Padroado Régio torna-se um elemento estruturante da nação, dando a ele a concepção do vir a ser. Verifica-se ainda a inserção da sociedade brasileira junto aos povos cristãos adeptos do catolicismo.

A utilização do neotomismo como filosofia da história indica os elementos constitutivos dessa política da conciliação, apresentada por Mercadante. Assim, o neotomismo é visto, aqui, como uma metodologia de compreensão do passado, presente e futuro do Brasil, que opera especialmente nas relações de poder dispostas num estamento social hierarquizado. Essas relações de poder foram garantidas pela representação do poder moderador e pela sociedade de base escravocrata, na administração das oligarquias em suas localidades e na emergência de uma sociedade miscigenada, mas mantida sobre princípios estamentários, que privilegia os grupos étnicos europeus em detrimento dos africanos e nativos. Os elementos contraditórios do discurso neotomista favoreceram a hegemonia política da corte luso-brasileira instituída durante regime Monárquico. Dialeticamente, por um lado, o neotomismo unificava as instâncias sociais, difundindo um princípio moral e ético comum a todos e, por outro lado, a noção de virtude dos indivíduos – que se sobrepunha às instituições – favorecia o discurso patriarcal de superioridade dos portugueses, membros da aristocracia oligárquica, para administração política (SKINNER, 1996, p. 80-81).

No Brasil, a presença desse raciocínio, entre os magistrados posicionados na ordem parlamentar e legislativa, configurou um cenário contraditório no processo de construção de

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

uma sociedade civil, viável, pela institucionalização dos grupos sociais. A concepção de virtude do indivíduo, revestida pelo discurso religioso, foi exacerbada pelo advento do liberalismo, o que minimizou a ação política do Estado (HOLANDA, 1999). Na medida em que a elite latifundiária assumia a erudição oferecida nas Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais, eles garantiram uma maior autonomia política em suas localidades, dando origem a Primeira República (1889-1930). Essa autonomia começou a se configurar a partir de 1870, quando as Faculdades de Ciências Jurídicas se tornaram Faculdades Livres.

Na filosofia neotomista os eventos históricos concretos ficam submetidos à experiência espiritual, que se caracteriza como compreensão da realidade (COMTE, 2000:12-13). Nesse contexto de análise, a História é considerada sujeito de si mesma. O neotomismo colaborou com a difusão uma categoria conceitual metafísica inerente à existência dos indivíduos em sociedade. Essa categoria de compreensão, no Brasil, legitimou um poder que foi transferido da esfera política do Imperador – colocado no centro desse poder divino - para a esfera privada das oligarquias, que se posicionavam como a sociedade civil constituída. O neotomismo tornou-se, portanto, uma concepção teleológica dos próprios sujeitos, dada a partir de uma explicação da essência das coisas, dentro de um esquema universalizante. Configurando um esquema universal de compreensão da realidade social, reduzia-se a complexidade das relações sociais dispostas no cotidiano (LIBERA, 1990; FRANÇA, 1952; SOUZA, 1871).

Esse raciocínio se desenvolveu a partir da formação intelectual da elite política vinculada às Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais, entre as décadas de 1850 a 1870. Durante esse período, de acordo com o decreto lei promulgado por Couto Ferraz, os professores foram coagidos a publicar o manual de ensino da sua matéria. Ocasão em que os tratados que remetiam ao Direito Natural, considerado a matriz do raciocínio político do Império, tiveram maior vazão. Além dos manuais específicos de Direito Natural, o mesmo estava difuso nas obras de Direito Público e Administrativo, ambos voltados à interpretação da constituição do Império. Nesse sentido destacaram-se autores como José Soriano de Souza; Braz Florentino Henrique de Souza (1978, p. 10-11); Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai; Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente; Avelar Brotero; José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (VENANCIO, 2004:48-49); os quais marcam as obras de apologia ao exercício político do poder moderador, durante o apogeu e o declínio

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

do Império (SOUZA, 1978, p. 10-11). A discussão presente nas obras desses autores retrata o exercício político do Partido Conservador, predominante durante o apogeu do Império e as suas contradições internas que levaram a emergência do Partido Liberal a partir de 1870 (ALONSO, 2002).

Até o momento da publicação dos manuais escritos pelos lentes de disciplinas, no Brasil – onde se destacam os autores citados acima - era adotado para o curso de Direito Natural a obra do francês Perreaut: *Eléments de Législation Naturelle*. As obras de referência adotadas na abertura dos cursos que remetiam aos autores clássicos do Antigo Regime, do século XVII, destacando-se Grócio, Pufendorf, Wolfio, Tomásio (VENANCIO, 2004, p.33). Os manuais de Direito Natural, e Direito Público e Administrativo, compuseram os principais mecanismos de formação das ideias políticas que, no Brasil, foram cerceadas pelo pensamento tomista, expresso nos pressupostos da metafísica.

Padroado Régio no Brasil: entre a política e a religião

A religião vigente nos pressupostos do neotomismo é aqui interpretada como um paradigma de conhecimento (KUHN, 2007). Dentro das abordagens antropológicas, que têm origem em Emile Durckheim (2008), a religião é uma categoria de compreensão da realidade, que pode ser entendida a partir da análise conceitual de seu discurso. Os conceitos religiosos são eficazes quanto à produção iconográfica e simbólica, estruturando características mentais e outras variantes que fornecem sentido e coesão à realidade dos grupos que a professam.

Nas abordagens de Pierre Bourdieu (1998;1999) a religião não deixou de se apresentar como um elemento estruturante (LEVI-STRAUUS, 1967) das sociedades da modernidade contemporânea, tratando-se, assim, de um campo em que se produz parte dos elementos da cultura de um Estado-Nação. Os elementos da religião pertencem às características históricas da atividade humana, participando da cultura, da política, da economia e da organização da sociedade.

A partir dos pressupostos de Bourdieu, a religião, associada à educação, passou a fazer parte da concorrência dos bens culturais da sociedade moderna contemporânea capitalista. A cultura e a política religiosa, no século XIX, garantem-se por intermédio das instituições de ensino, tornando-se um sistema de linguagem eficaz quanto à produção de

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

estruturas mentais que determinam práticas e representações atuantes no processo de transição das sociedades simples para as sociedades complexas urbanas, que tem como característica a estratificação social pela divisão do trabalho.

Esse estudo, sobre a história cultural das ideias políticas, privilegia a estrutura dos sistemas simbólicos vigentes nos modelos linguísticos e semiológicos criados pelos sistemas de ensino. Sistema de ensino que propicia a integração lógica e social das representações coletivas, engendradas pelos sistemas simbólicos do discurso de caráter religioso, disposto através do sistema de regras jurídicas, que, por sua vez, é capaz de estabelecer funções políticas, já que atribui uma lógica de ordenação ao mundo social e 'natural'. Portanto, a perspectiva aqui assumida posiciona-se contra os estudos das ciências sociais que verificam os fenômenos simbólicos como um mero sistema de conhecimento que nada tem a ver com o sistema de ordenação do poder.

O paradigma filosófico teológico do neotomismo abrange um princípio de sustentação da eficácia dos símbolos (BOURDIEU, 1999, p. XII). A cultura, neste caso, é sistêmica e simbólica, é um conjunto de significante/significado eficaz que proporciona uma percepção de realidade indissociável da função política. Relevando o aspecto da eficácia política do símbolo, produzido pelo discurso educacional. A partir de Bourdieu, verifica-se que a organização do mundo e a fixação de um consenso ao seu respeito constituem uma função lógica necessária que permite à cultura dominante, numa dada formação social, cumprir sua função política-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de dominação (BOURDIEU, 1999, p. XVI).

Sem o consenso, garantido por um sistema simbólico, não haveria regras de dominação capazes de ordenar os materiais significantes de um sistema político, ao ponto de fazer com que a diversificação dos sistemas de regras não seja capaz de desarticular o todo unificado. O consenso unifica as representações individuais que remetem às relações estabelecidas, gerando um sistema de classificação dado pela noção de realidade. Contudo, mesmo sendo organizado internamente por uma classificação atribuída pelo poder instituído, o sistema de pensamento – sistema simbólico - articulado nos pressuposto da filosofia tomista atingiu um processo de autonomia e independência em relação ao poder moderador, mantido na figura do monarca dom Pedro II.

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

Considera-se aqui, que esta autonomia e independência do discurso religioso, que se evidencia por uma linguagem dotada de lógica própria, durante a segunda metade do século XIX, no Brasil, ao mesmo tempo em que participa do poder instituído, desvencilha-se dele, tornando-se uma estrutura de poder autônoma e provocadora de tensões entre a tradição patriarcal, que garantia o poder local dos latifundiários e a centralização do poder político monárquico. O neotomismo, difundido na segunda metade do século XIX, participou da divisão do trabalho, incutindo uma dialética específica à sociedade de classes no Brasil. Os magistrados - membros da aristocracia latifundiária – acabaram unindo o pensamento neotomista ao liberalismo, dando origem a uma estrutura de poder autônoma em relação à autoridade do imperador. O neotomismo atrelado ao liberalismo vai garantir o domínio e o poder das oligarquias em suas localidades. O neotomismo torna-se um pressuposto político dos latifundiários, ou seja, dos grupos economicamente dominantes no Brasil, na passagem do século XIX para o XX.

Essa discussão indica que as leis, segundo as quais a elite política fora submetida em sua formação, criaram um suporte filosófico-discursivo que tende a reproduzir sujeitos capazes de criar práticas estruturantes. O neotomismo apresenta-se como um fato cultural, dotado de uma estrutura significativa que, na base de sua categoria conceitual, buscava uma coerência à visão de mundo daquela época. Verifica-se que os fatos sociais e contingentes se apresentam na disposição da política monárquica e da sociedade escravocrata vigentes no Brasil do século XIX. A filosofia tomista é compreendida como uma teoria, como um traço funcional da estrutura política que, na medida em que se constitui, torna-se uma estrutura independente da ordem monárquica, aproximando-se da cultura popular, revestida pela tradição, que legitima novas instâncias de poder (VILLAÇA, 1974).

O discurso em que se evidenciam os conceitos abordados é entendido dentro do contexto político em que é empregado. Isso indica que a abordagem conceitual segue as exigências de uma explicação ao mesmo tempo sincrônica e diacrônica, procurando a elasticidade das definições e disponibilidade semântica implícitas nos estudos que recaem sobre as práticas e representações de uma cultura política. A análise do discurso tomista conduz às contingências da modernidade brasileira que desencadeou a sistematização da erudição que dá origem a uma aristocracia latifundiária, composta por um conjunto de proprietários de terra esclarecidos.

Considerações finais

Esse discurso político do Padroado Régio brasileiro do auge do Império, permeado pelos conceitos da religião católica, criou um programa homogêneo de percepção, de pensamento e, conseqüentemente, de hábitos e práticas que tornaram possível a elaboração de um consenso de integração lógica e social das representações coletivas e das formas de classificação que tornam comuns concepções de tempo, espaço, causa, número, etc, entre a elite dominante. O discurso político religioso se apresenta como um objeto de análise que ajuda a entender a elaboração de conceitos sistemáticos que moldam e elaboram o pensamento acerca do mundo e, em particular, acerca da vida social, cultural e política. Esse pensamento, de base religiosa, fundamenta uma categoria de compreensão acerca da divisão política como natural e sobrenatural, vinculada à divisão do cosmos e de toda a existência.

A categoria conceitual da religião proporciona uma concepção de realidade, que forma uma compreensão do meio em que o indivíduo está inserido. O desenvolvimento das cidades é o cenário de profundas alterações sociais, resultantes do avanço tecnológico e econômico e, da divisão do trabalho material e intelectual, constituindo um campo relativamente autônomo no que se refere à elaboração das crenças e suas práticas. No contexto do desenvolvimento material do Brasil no século XIX, surgiu o ambiente escolar urbano e uma nova concepção de Deus, calcada numa moralização teológica e dogmática erudita que tendia a se sobrepor ao princípio racionalizante estabelecido e imposto por meio dos racionalismos puramente filosóficos destituídos da categoria conceitual teológica. No século XIX, o neotomismo apresenta um discurso que procura inserir a religião nos limites de uma razão religiosa, que apresenta, em princípio, um sistema fechado e autônomo de símbolos, cuja apreensão reside em sua própria alegoria e hierarquia e cuja inteligibilidade reside na compreensão da produção classificatória de que é capaz de exercer e na conseqüente interação efetuada no campo social.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

AUBERT, Roger (Org.). **A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. Tomo I, II, III. Petrópolis: Vozes, 1976

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CAMPUS, Fernando Arruda. **Neotomismo no Brasil**. São Paulo: Paulus, 1998.

CARVALHO, José Muirlo. **A construção da ordem. Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Maria Alice Carvalho. **O quinto século**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

COMTE, Auguste. Curso de Filosofia Positiva. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000. Tradução de José Arthur Giannotti.

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**. São Paulo: UNESP, 1996.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FRANÇA, Pe. Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus, 1986.

LEVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

LIBERA, Alain. **A filosofia medieval**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Dossiê Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MICELI, S. A força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999. p.XII.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais a brasileira**. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1989.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

SOUZA, Braz Florentino. **Do poder moderador: Ensaio de Direito Constitucional**. Brasília, 1978.

SOUZA, J.S; **Filosofia Elementar racional e moral**. Pernambuco: Livraria Acadêmica de João Walfredo de Medeiros, 1871.

SOUZA, Nelson Mello. Apresentação da nova edição. In: MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003, p. 35-39.

VENÂNCIO Filho, Aberto. **Das arcadas ao bacharelismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **História da questão religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

Recebido em 22/10/10

Aprovado em 10/01/11